

Líderes decidem hoje o que é "inegociável"

A cúpula do PFL volta a se reunir hoje com o presidente da Câmara, do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), para dar prosseguimento à articulação com vistas a dar prioridade aos dois partidos na negociação das teses a serem votadas na Constituinte. Por parte do PFL, participarão os líderes na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, e o presidente do partido, senador Marco Maciel, que na semana passada mantiveram um encontro fechado para viabilizar essa negociação.

Segundo o senador Chiarelli, na reunião de hoje começa-se a traçar a estratégia, com fixação de calendário, discussão do que seria "inegociável" na visão dos dois partidos, e dos temas para cujo debate devam ser chamados os demais partidos. Será uma reunião para discussão de "teses e posições a serem tomadas", segundo resumi Chiarelli.

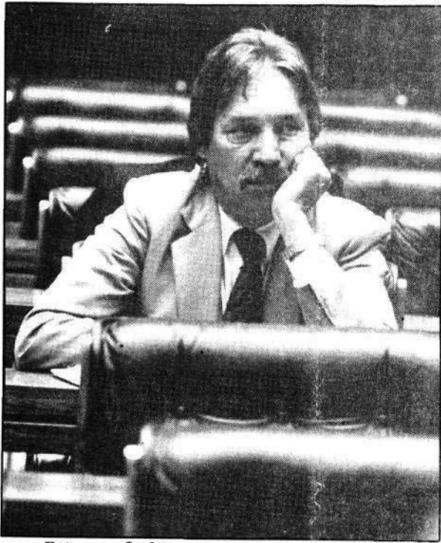
O encontro da cúpula dos dois partidos ocorre às vésperas da grande reunião marcada pelos "progressistas" do PMDB e "modernos" do PFL, que também estão tentando negociações de teses da Constituinte, só que em âmbito interpartidário, ou seja: dessas discussões participam também as demais siglas interessadas,

quando a reunião de cúpula PMDB-PFL teria o objetivo de conter as negociações no âmbito dos dois partidos.

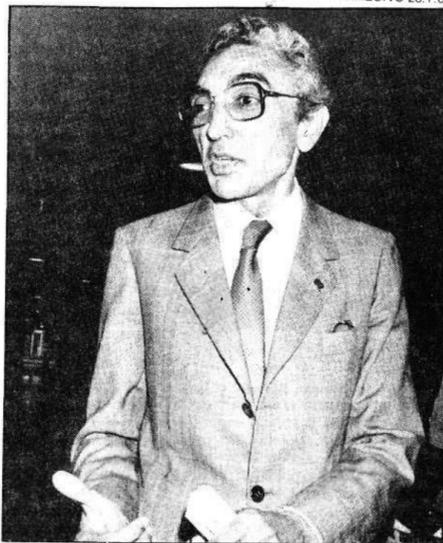
Parlamentarismo

Ontem, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que pertence a outro grupo, o dos "moderados", disse que já existe um consenso em seu partido quanto à preferência pelo presidencialismo como forma de governo. Segundo ele, pesquisa realizada recentemente indica que 80 por cento preferem o Presidencialismo. No Senado, o líder Chiarelli (PFL-RS) garante que a situação se inverte, pois há "razoável maioria parlamentarista". Ele disse que ainda não se fez um questionário, como na Câmara, mas em todas as reuniões de bancada vêm se confirmando essa tendência. Em relação ao presidencialismo, ele "julga que está ocorrendo uma reorganização de forças", e em função da proximidade da disputa sucessória e de todos os participantes da campanha pelas eleições diretas imediatas preferiram o presidencialismo. Chiarelli admite ainda que será difícil, depois de tantos anos de eleição indireta, implantar-se um sistema pelo qual há divisão de poderes, como o Parlamentarismo.

Gov. encaminha 180 emendas



Prisco e Lobão apresentaram o substitutivo oficial para evitar as críticas dos progressistas



Rubem Azevedo Lima

O Governo já encaminhou à Assembleia Nacional Constituinte seu substitutivo — dividido em emendas — para a futura Constituição

brasileira, que se compõe de 203 artigos, mas deverá ser reduzido a 180 dispositivos, no máximo, de acordo com orientação do presidente José Sarney.

Esse substitutivo governamental foi elaborado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, no tocante aos poderes Legislativo e Executivo, e pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, relativamente ao capítulo do poder Judiciário.

A redução de pelo menos vinte e três artigos do substitutivo resultou da mudança de orientação do Palácio do Planalto, quanto ao sistema de Governo proposto inicialmente pelo consultor Saulo Ramos: o neo-parlamentarismo. Todas as regras referentes a essa fórmula parlamentarista serão portanto, eliminadas, até o próximo dia 13 — data em que se encerra o prazo de apresentação de emendas à Constituinte — para que a Assembleia, nos termos de trabalho político desenvolvido pelo Governo, aprove pura e simplesmente o presidencialismo.

Em nome do Governo, apresentaram o substitutivo oficial deputado Prisco Viana (PMDB-BA) — no caso dos poderes Legislativo e Executivo — e senador Edson Lobão (PFL-MA), no que respeita ao poder Judiciário. Tal fórmula — de usar a intermediação de congressistas — visou a proteger a iniciativa governamental de críticas dos constituintes progressistas. Quanto ao presidencialismo final desejado pelo Palácio do Planalto, será incluído, nas modificações a serem ainda aprovadas pelo presidente Sarney, o sistema do voto distrital misto, na eleição de deputados federais.

Inovações

A maioria governista da Aliança Democrática deverá empenhar-se pela aprovação do substitutivo original, com as alterações que estão sendo ultimadas — feitas sob supervisão do próprio Presidente — para preservar o presidencialismo.

Dentre as inovações que, por falta de trabalho político do Governo, não foram aprovadas na Comissão de Sistematização da Constituinte, merecem destaque as normas sobre trânsito e permanência de tropas estrangeiras em território nacional. De acordo com a Carta Constitucional ainda em vigor, baixada basicamente pela Junta Militar, em 1969, cabe ao presidente da República, nos termos do art. 81, alínea XIII, "permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente".

Na redação do substitutivo oficial foram incluídas, após a palavra "estrangeiras", a seguinte expressão "ou vinculadas a organismos internacionais". Desse modo, além de tropas de qualquer país, o Governo poderá autorizar também que transitem ou permaneçam no Brasil tropas de organismos internacionais, como a OEA, ONU, OTAN etc.

Outra inovação constante do substitutivo, graças ao artifício da diluição dessa matéria, através de emendas dos constituintes Prisco e Lobão, é de que consiste na concessão de poderes ao Presidente "determinar, em situações de crise, medidas constitucionais de defesa do Estado". Essa norma substitui a regra hoje vigente, que autoriza expressamente o chefe do Governo a decretar medidas de emergência e estado de emergência.

Pelo substitutivo encampado pelos dois constituintes, o mandato presidencial — prazo aliás aceito pela Comissão de Sistematização, — é de cinco anos. Duas alterações, no entanto, foram feitas, nesse particular, sobre impedimento presidencial. Se o chefe do Governo estiver impedido ou faltar no dia da posse, ocupará provisoriamente a Presidência, por ordem, ou o presidente da Câmara, do Senado ou do Supremo Tribunal Federal. Além disso, vagando a Presidência nos três primeiros anos, haverá nova eleição presidencial, em dois escrutínios. Se a vaga ocorrer no biênio final, o Congresso elegerá, indiretamente, seu substituto, dentro de trinta dias da vacância.

O plenário poderá apresentar 20 mil

Faltando dez dias para o encerramento do prazo, apenas 1.851 emendas de plenário foram encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte. Mas o número, que está sendo considerado baixo, promete aumentar progressivamente nos próximos dias, segundo os funcionários que trabalham no recebimento das emendas. O próprio presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), acredita que serão apresentadas mais de 20 mil emendas.

As emendas que chegaram até o momento não são inovadoras. Grande parte já foi apresentada e rejeitada na fase das Subcomissões e das Comissões Temáticas e diz em respeito, principalmente, aos pontos polêmicos da Constituinte como sistema de Governo, duração do mandato do presidente José Sarney, reforma agrária e conceito de empresa nacional.

Cabral afirma que é contra o plebiscito

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, formalizou ontem a decisão de dar parecer contrário aos projetos de Resolução dos deputados Virgílio Guimarães (PT-MG) e Brandão Monteiro (líder do PDT) que propõem a consulta plebiscitária ao Projeto de Constituição aprovado pela Constituinte. Segundo o relator, a consulta através de plebiscito retira dos parlamentares os poderes constituintes com que foram eleitos e ainda incorre no risco de criar um impasse na Assembleia caso o texto seja rejeitado pela população.

"Se fosse um referendo eu estaria de acordo, já que daria legitimidade à nova Constituição, sem tirar o poder Constituinte da Assembleia. Mas o plebiscito proposto pelos dois projetos paralisa os trabalhos da Constituinte, antes de aprovada a redação final da Constituição, para que o povo a aprove ou rejeite. Isso fez sentido na França, quando o general de Gaulle outorgou uma nova Constituição num regime de força e a submeteu a plebiscito. Mas aqui o Congresso Nacional foi eleito com poderes constituintes e o plebiscito não se justifica", explica Cabral. Para ele a tentativa de consulta plebiscitária é uma estratégia esparta dos partidos que não têm votos no plenário para aprovar o texto que desejam: "O Virgílio, por exemplo, é do PT e o PT não tem votos em plenário para aprovar as suas teses e por isso tenta a estratégia de jogar a decisão final para o povo".

Apesar de contrário quanto ao mérito, o relator vai aceitar os dois projetos na preliminar, já que o próprio Regimento Interno da Constituinte em seu artigo 61, prevê a consulta plebiscitária. A Comissão de Sistematização reúne-se quinta-feira para votar as propostas. Cabral explica que a única hipótese de arquivamento é a rejeição unânime pela Comissão, o que é pouco provável.

Para o deputado José Genoíno (PT-SP), que defende a proposta de seu companheiro de partido, deputado Virgílio Guimarães, a consulta plebiscitária é simplesmente o exercício da democracia: "Não se trata de esperteza do PT, mas de uma proposta democrática, com prazo previsto no próprio Regimento Interno."

Bresser discutirá os temas polêmicos

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, e o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, reúnem-se na próxima segunda-feira, dia dez, com os ministros e lideranças partidárias que articulam uma proposta consensual para os temas mais polêmicos da Constituinte, como a reforma agrária, a estabilidade no emprego e a anistia. Entre os presentes estará o ministro da Fazenda, Bresser Pereira que, segundo Cabral, não está encarregado de um tema específico, mas participa das negociações.

Entre os articuladores estão, ainda, os ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães e da Reforma Agrária, Marcos Freire, além dos líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso e na Câmara, Luiz Henrique, do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna e do presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos. Cabral informa que o senador Jamil Hadadd, líder do PSB, foi designado para negociar a questão da anistia.

Cabral afirma que ainda nem começou a redigir o seu substitutivo ao projeto de Constituição: "Estou esperando os resultados das negociações não só desse grupo, mas de todos os grupos formados dentro da Constituinte em busca de posições de consenso. O meu trabalho, por enquanto, tem sido o de enxugar o atual projeto, separando o que é matéria constitucional do que não é". Adianta que uma média de 150 artigos foram suprimidos, e deverão constar do capítulo separado que pretende enviar ao plenário.

Sessão para debate sobre regime une PT, PDS e o PFL

A primeira sessão extraordinária da Constituinte para discussão de assuntos determinados, que será realizada logo mais, das 18h45 às 23h45 minutos, promete confrontos acirrados sobre a definição do sistema de Governo. Mas desta vez, a esquerda e a direita "dão as mãos" e se unem em torno da bandeira do parlamentarismo, como o PCB, PC do B com o PTB e PDC. A mesma tática será usada pela outra corrente que insiste na manutenção do presidencialismo, e que reúne na mesma frente o PDT, e o PT com o PFL e PDS.

Uma pesquisa interna realizada entre os 133 parlamentares que integram a bancada do PFL revelou que mais de 70% têm preferência pelo sistema presidencialista e com mandato de cinco anos de governo. Mesmo com a declaração do líder, deputado José Lourenço, de que não irá policiar ninguém sobre suas posições pessoais acima dos temas polêmicos, um dos oradores inscitos, senador João Menezes (PA) desabafou: "O parlamentarismo é uma proposta casuística, que não resolverá crise nenhuma, pelo contrário, levará o País à balbúrdia".

O deputado Vivaldo Barbosa (RJ) foi o escolhido pela liderança do PDT para defender o presidencialismo e o mandato de quatro

anos com eleição em dois turnos. "A eleição direta é a comunicação e o controle que o povo tem com o centro do poder, pois somente o presidencialismo conduz à democracia plena", explicou. Já o vice-líder José Genoíno (SP), foi o indicado pela bancada do PT para defender a mesma tese do PDT, acrescentando apenas a proibição ao direito da reeleição: "Ditadores militares distorcem a democracia e o presidencialismo, só funcionou para atender aos interesses econômicos e militares", comentou o parlamentar.

O líder do PCB, deputado Roberto Freite (PE) subirá à tribuna para defender o sistema parlamentarista com mandato de quatro anos, pois segundo ele, o presidencialismo "é uma forma absolutamente concentradora de poder nas mãos das classes dominantes". O Partido defende eleições diretas para presidente, que indicará o primeiro-ministro que escolherá os ministros, inclusive os militares. O Congresso Nacional é fortalecido, segundo esta proposta pois ganhará o poder de destituir o gabinete e o 1º ministro. "Todas as crises políticas serão resolvidas mais democraticamente, pois se o governo fracassa cai o gabinete", disse.



José Lourenço e Lula defendem mesma posição em plenário, hoje

PMDB sorteará os oradores

A maior bancada da Constituinte, o PMDB, com seus 304 parlamentares, ainda não definiu os três oradores a quem tem direito para defender o presidencialismo ou o parlamentarismo na sessão extraordinária para temas específicos. Mais de 30 constituintes se inscreveram na liderança do partido, que marcou para logo mais, às 9h00, um sorteio que indicará o nome dos oradores do PMDB.

O líder do partido na Consti-

Presidencialismo é preferido

A Presidência da República já recebeu a mais recente pesquisa de opinião pública realizada na grande São Paulo, durante o mês de julho, apontando a preferência popular pelo presidencialismo, em relação ao parlamentarismo. De acordo com a pesquisa promovida pela LPM, 44% da população da grande São Paulo é favorável ao presidencialismo e 34% quer o parlamentarismo. Em dezembro passado, pesquisa em todo o País apontava 50% da população em favor do presidencialismo, contra 39% de parlamentaristas.

Embora esteja acompanhando a tendência popular e dos constituintes sobre o sistema de Governo, o presidente José Sarney não está preocupado com este debate. A preocupação sobre o sistema de Governo a ser adotado pela Constituinte atinge muito mais os candidatos a Presidência da República e aos Governos de Estado.

Até o momento, a Presidência da República não promoveu nenhuma pesquisa entre os constituintes. Esta pesquisa foi feita pessoalmente pelo senador Marco Maciel, comunicada informalmente ao presidente Sarney. E o resultado obtido pelo ex-chefe do

tuinte, senador Mário Covas, segundo um dos seus assessores, terá o privilégio de escolher um nome da ala progressista. Os nomes mais cotados estão entre o senador José Fogaça (RS) e o deputado Egidio Ferreira Lima (PE), ambos parlamentaristas. Entre a imensa relação de peemedebistas que aparecem na lista de espera para as duas vagas restantes está o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna.

Gabinete Civil aponta para o presidencialismo, apesar de algumas manifestações "importantes" em favor do parlamentarismo.

Definição

Entre as opiniões favoráveis ao parlamentarismo e consideradas importantes na Presidência da República, encontra-se a do senador José Richa mas, a expectativa no Palácio do Planalto é a de que seja aprovado pela Constituinte o sistema presidencialista, não apenas para manter a tradição republicana brasileira mas, principalmente, porque nas pesquisas encomendadas pela Presidência da República, a opinião pública tem manifestado desejo de que seja definido o centro do poder.

Esta é uma preocupação "permanente" da população, mas a Presidência da República não vê ainda necessidade de se promover um plebiscito sobre sistema de Governo.

O ministro Aluísio Alves, da Administração, disse ontem que "até o dia da convenção, o PMDB era favorável ao parlamentarismo, mas esta tendência pode mudar a qualquer momento".

Amaral articula novo bloco

Os líderes do PDS e do PFL na Câmara, Amaral Netto e José Lourenço, começaram, ontem, a recolher assinaturas para a formação do bloco parlamentar interpartidário que pretende defender a livre iniciativa na Constituinte e evitar a radicalização de posições. Além de Amaral Netto e José Lourenço, articulam a formação desse bloco o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, presidente do PL, Alvaro Valle, e o ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, deputado Guilherme Afif Domingues (PL-SP).

O texto-compromisso de formação do bloco é curto, afirmando apenas: "Os constituintes infra-assinados solidarizam-se na determinação de dotar o País de uma Carta constitucional que lhe assegure uma política de desenvolvimento com liberdade, cuja meta seja o homem, baseada na livre iniciativa como força propulsora da economia e na justiça social como fundamento de uma vida digna e pacífica para todo o povo brasileiro".

Partidos

Segundo o líder José Lourenço, o bloco reunirá representantes não só do PDS, PFL e PL, mas também uma parcela de peemedebistas e a bancada do PTB. Um dos objetivos do grupo, observou, é evitar a preponderância das posições de

esquerda ou da direita na Constituinte. Apesar dessa ressalva o bloco é visto nos setores progressistas da Constituinte como marcadamente de direita. A propósito, o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, afirmou que não assinará o manifesto do novo bloco. Queiroz entende que o bloco terá forte influência das forças conservadoras do PMDB.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, confirmou sua adesão ao bloco, ressalvando, porém que se trata de mas uma articulação restrita à Constituinte, para que ela assumia posições mais compatíveis com a realidade nacional". Diante desse propósito "realista", Gastone afirmou que até mesmo o Partido Comunista Brasileiro — que nos últimos tempos tem adotado posições moderadas — "deve apoiar o bloco".

O líder do PCB, Roberto Freire, considerou "sem sentido" a previsão do líder petebista, observando que "se o partido não participa de blocos de esquerda, não vai agora integrar-se a um movimento do centro".

Sem polémica

Jornais de ontem informaram que um dos objetivos do bloco é definir posição diante de propostas políticas discutidas pela Constituinte. O líder José Lourenço disse ser favorável à reforma agrária, desde que restrita às terras improdutivas.

tem conversado constantemente com seu vice-líder, Alceni Guerra (PFL-PR), um dos "modernos", concluindo a partir desses contatos que é boa a perspectiva de um entendimento amplo, cuja espinha dorsal, segundo resume o líder petebista, seria a conscientização de que a nova Constituição deve ser sintética. O "otimismo" de Lourenço quanto à possibilidade de um entendimento "amplo" não encontra respaldo, porém, na realidade do dia-a-dia no Congresso, onde já ocorre a participação de um mesmo parlamentar em mais de um grupo. Aparelamente, ninguém se entende, mas todos pregam o "entendimento". (Gerson Menezes)

Mais dinheiro

A Câmara vai solicitar um crédito suplementar ao Ministério da Fazenda, para cobrir o déficit do seu orçamento anual, defasado em função do pagamento de aumento do funcionalismo, de 30%, em janeiro, e dos três gatilhos salariais de abril a junho. As despesas extras com a Constituinte são consideradas "irrisórias" já que estão sendo divididas meio a meio com o Senado, segundo explicou ontem o diretor-geral da Câmara, Aldemar Sabino

Painel em teste

O novo sistema eletrônico do plenário da Câmara, que será utilizado para a votação da nova Constituição, começou a ser testado no último final de semana. Com o placar ampliado, ele tem capacidade para computar os votos dos 559 constituintes, em no máximo 15 minutos, caso estejam todos em plenário e seja necessária a utilização dos quatro postos de votação que serão instalados nas mesas de taquigrafia. Se o número de parlamentares presentes não ultrapassar o de cadeiras (459), entre a votação e o resultado serão gastos oito segundos, prevêem os técnicos.

Quorum mínimo

O deputado e jornalista Adroaldo Streck (PDT-RS) sugeriu ontem ao deputado Ulysses Guimarães que estabeleça com as lideranças partidárias um rodízio de comparecimento ao plenário, para assegurar o quorum mínimo de 280 deputados. O parlamentar acredita que esta seria a maneira racional de resolver a questão do esvaziamento do plenário.

Líder colhe assinaturas

Os líderes do PFL e do PDS anunciam a coleta de assinaturas para a formação de mais um bloco nessa imensa avenida carnavalesca em que se transformou a Assembleia Nacional Constituinte. Enquanto faz o anúncio da formação de mais esse grupo, o mesmo líder petebista chega à conclusão, referindo-se às suas negociações com o líder governista, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que o chamado "grupo conservador" ao qual ambos pertencem somente irá funcionar "se não houver entendimento" no âmbito de outro grupo: o dos "modernos" do PFL, que negocia com os "progressistas" do PMDB.

José Lourenço informa que

Constituinte examina perda nos salários

A perda salarial provocada pelo Plano Bresser e a defasagem do salário mínimo foram os temas da maior parte dos pronunciamentos de parlamentares ontem, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Desde que se iniciaram as discussões do projeto de Constituição este foi o dia que mais teve oradores inscitos: doze parlamentares.

O deputado Oswaldo Bender (PDS-RS) fez um apelo para que todos os parlamentares se empenhem por um reajuste maior do salário mínimo. Amaury Muller (PDT-RS) criticou a perda salarial provocada pelo Plano Bresser. Citou um documento do Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas e Sociais, mostrando que os salários perderão o poder de compra a partir de julho, mesmo que a inflação fique a níveis de 3 a 7% ao mês.

O deputado Vivaldo Barbosa, também do PDT, aproveitou para dizer que o seu partido foi o primeiro a se levantar contra o Plano Bresser. O líder do PTB, Gastone Righi, foi o mais contundente: "Vivemos o mais aviltante de todos os salários mínimos. São 43 dólares, pelo cambio oficial, menos do que ganha por dia um trabalhador americano". De acordo com o deputado, 17 milhões e meio de trabalhadores ganham um salário mínimo.